

Eixo: Educação, classe e luta de classe

**EDUCAÇÃO, CLASSE E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO
CAPITALISTA NO BRASIL**

Aline de Carvalho Moura

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Alexandre Augusto e Souza

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de apresentar um debate sobre o lugar da educação no processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, mais especificamente no período de transição para o capitalismo industrial, a partir das contribuições de Florestan Fernandes. Trata-se de um estudo bibliográfico que discute de forma conjuntural o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, resgatando o que Florestan Fernandes (2005) denomina de aspectos estrutural-históricos, trazendo elementos econômicos, políticos, sociais e ideológicos. Para tratar sobre a educação no contexto do desenvolvimento capitalista, foi necessário pensar no caráter ultraconservador que dominava o cenário nacional, cujas preocupações, desde sempre, giravam em torno de interesses particulares demarcados por um conservadorismo sociocultural e político-econômico. O que se tentou apresentar e discutir ao longo do trabalho foi a ideia de uma mudança de organização na forma de produzir no Brasil, que tinha como intuito, promover o desenvolvimento da nação, a partir do que denominamos aqui de uma revolução no sentido de transição a partir de um processo de incorporação de um padrão estrutural de organização econômica da sociedade, marcado pela expansão do trabalho assalariado e a universalização da ordem social competitiva, perpassando pela questão de classe, onde foi vendida a ideia de uma educação igual para todos que, de fato, ficou apenas no campo das ideias.

Palavras-chave: Educação. Desenvolvimento capitalista. Classe.

**EDUCATION, CLASS AND THE CAPITALIST DEVELOPMENT PROCESS IN
BRAZIL**

Abstract

This paper aims to present a debate on the place of education in the process of capitalist development in Brazil, more specifically in the period of transition to industrial capitalism, from the contributions of Florestan Fernandes. It is a bibliographical study that discusses the development of Brazilian capitalism in a conjunctural way, rescuing what Florestan Fernandes (2005) calls structural-historical aspects, bringing economic, political, social and ideological elements. In order to deal with education in the context of capitalist development, it was necessary to think of the ultraconservative character that dominated the national scene, whose preoccupations had always revolved around particular interests marked by a socio-cultural and political-economic conservatism. What

was tried to present and to discuss during the work was the idea of a change of organization in the way of producing in Brazil, that had as its intention, to promote the development of the nation, from what we denominate here of a revolution in the direction of transition from a process of incorporation of a structural pattern of economic organization of society, marked by the expansion of wage labor and the universalization of the competitive social order, passing through the question of class, where the idea of an equal education for all was sold, in fact, it was only in the field of ideas.

Keywords: Education. Capitalist development. Class.

Introdução

O presente trabalho faz parte de uma reflexão da pesquisa *O processo de institucionalização da pesquisa educacional no Brasil: argumentos, debates e iniciativas*, concluída em 2018 em minha tese de doutoramento, onde se fez necessário compreender o processo de desenvolvimento capitalista no país para entender o contexto em que as instituições educacionais foram criadas, a dimensão política em que se configuravam as pesquisas da época e, ainda, a forma como vinham sendo historicamente construídas. Nesse sentido, foi realizado um estudo sobre a sociedade brasileira apresentando algumas configurações relacionadas ao desenvolvimento no Brasil como nação, dentro de uma perspectiva econômica-política-social.

Este artigo tem o objetivo de apresentar um debate sobre o lugar da educação no processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, mais especificamente no período de transição para o capitalismo industrial, a partir das contribuições de Florestan Fernandes. Trata-se de um estudo bibliográfico que discute de forma conjuntural o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, resgatando o que Florestan Fernandes (2005) denomina de aspectos estrutural-históricos, trazendo elementos econômicos, políticos, sociais e ideológicos.

Pensando todo o panorama de mudanças e tendo como ponto de partida as análises de Florestan Fernandes, podemos ratificar a ideia do autor quando afirma que não se encontram respostas fechadas ou conclusões definitivas com relação ao desenvolvimento capitalista no Brasil, mas pistas de caminhos a serem seguidos, devido à complexidade das transformações que ocorreram na sociedade, bem como as hipóteses que surgiram ao longo da história para explicar o processo de introjeção do capitalismo no país.

É em meio aos caminhos que se apresentam para se discutir o desenvolvimento capitalista no Brasil que iremos alocar nossa preocupação com a educação, e para compreendê-la, vamos pensar na trajetória de ação da classe dominante no Brasil para

pensarmos a sociedade brasileira e os movimentos que se instauravam em meio as tantas transformações que vinham ocorrendo. Com isso, foi necessário pensar no caráter ultraconservador que dominava o cenário nacional, cujas preocupações, desde sempre, giravam em torno de interesses particulares demarcados por um conservadorismo sociocultural e político-econômico.

Antes de tratar de forma específica sobre a problemática educacional, faremos algumas contribuições sobre as mudanças estruturais por que passou a sociedade em seu âmbito econômico, político, social e cultural, a fim de que possamos, posteriormente, encontrar algumas respostas sobre a forma como a preocupação com a educação foi se instaurando no país.

1. Da revolução no sistema de produção ao novo modelo de sociedade

Como já afirmava Marx, em *Para a crítica da economia política e A ideologia Alemã*, sobre a estrutura da sociedade capitalista, a partir da análise dos economistas clássicos, o capitalismo enquanto sistema de produção e reprodução de valores era, e ainda é, uma força revolucionadora permanente e contínua. Os momentos de desenvolvimento do capital e conseqüentemente do capitalismo como sistema econômico que dirige a sociedade mostram uma concepção enraizada de moldes de estruturação da vida, que de forma direta e indireta se articulam e estão intimamente ligadas à relação existente entre os interesses do capital na sociedade.

A partir de um capitalismo que Hobsbawm (1995) aponta como um grande avanço da economia do capital industrial em escala mundial, acredita-se que esse avanço traz uma ordem não só econômica, mas também social, que abarca novas ideias, credos e concepções de mundo que servem, dentro do sistema capitalista, para legitimar e ratificar os interesses da ordem manipuladora do capital.

Sendo o capitalismo um sistema econômico, Karl Marx (1991), em *Para a crítica da economia política*, afirma que as análises da sociedade, da política e da cultura partem das determinações econômicas que influenciam as formas de organização do trabalho e da vida social como um todo. Assim, discutir o desenrolar da sociedade capitalista ao longo da história nos remete a analisar fundamentalmente a atividade econômica.

O processo de expansão capitalista acaba por influenciar, tencionar, modificar e, muitas vezes, recriar outros processos e outras formas de produção com os quais tem

contato na sociedade. Essas determinações impostas pelo capitalismo exercem influências criando múltiplas articulações para manter seus interesses como sistema.

O capitalismo como modo de produção, pode ser visto como um todo complexo e contraditório, cuja história e trajetória são extremamente dinâmicas, uma vez que se apresenta como um processo de amplas proporções que cria e recria as forças produtivas e as relações de produção, produzindo e reproduzindo o desenvolvimento desigual em escala nacional e mundial por estar constantemente ultrapassando fronteiras.

No que diz respeito ao Brasil, mais especificamente, muitas são as controvérsias que dizem respeito à introdução e organização do capitalismo enquanto sistema. Contudo, há de se admitir que muitas foram as transformações ligadas à nossa história e muitos foram os obstáculos superados quando o objetivo era pensar mudanças e acomodações da sociedade brasileira ao processo capitalista. Nesse sentido, Moraes (2000), traz as contribuições de Coutinho sobre a situação do Brasil no processo de desenvolvimento do capitalismo:

No Brasil, bem como na generalidade dos países coloniais ou dependentes, a evolução do capitalismo não foi antecedida por uma época de ilusão humanista e de tentativas – mesmo utópicas – de realizar na prática o “cidadão” e a comunidade democrática. Os movimentos neste sentido, ocorridos no século passado e no início deste século, foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter verdadeiramente nacional e popular. Aqui, a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada e fragmentada. Quando as transformações políticas se tornavam necessárias, elas eram feitas “pelo alto”, através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente sua vontade coletiva. Em suma, o capitalismo brasileiro, ao invés de promover uma transformação social revolucionária – o que implicaria, pelo menos momentaneamente, a criação de um grande mundo democrático -, contribuiu, em muitos casos, para acentuar o isolamento e a solidão, a restrição dos homens ao pequeno mundo de uma mesquinha vida privada (COUTINHO apud MORAES, 2000, p. 47).

Quando se apresenta, segundo a citação de Coutinho apud Moraes (2000), que as agitações no que diz respeito aos movimentos de transformação na sociedade brasileira se deram de forma superficial, entendemos que trata-se das condições mais voltadas as questões de relações sociais e políticas, uma vez que as mudanças na forma de ver o mundo e produzir economicamente, mudaram de forma profunda, introduzindo o modelo capitalista de produção e reprodução de valores, gerando o que apresentamos como uma verdadeira revolução.

Com base nos estudos realizados por Florestan Fernandes, voltados para a análise sobre a constituição e consolidação do capitalismo no Brasil, existe uma tendência que nega a existência de uma revolução burguesa no país, porque afirma que pensar a história brasileira como revolução burguesa implica em pensá-la a partir de esquemas repetitivos da história, modelos implantados de outros países, principalmente o modelo europeu. Entretanto, a preocupação aqui é pensar essa possível revolução burguesa brasileira como um processo de incorporação de um padrão estrutural de organização econômica da sociedade, marcado pela expansão do trabalho assalariado e a universalização da ordem social competitiva, trazendo um olhar para a questão de classe.

Com o intuito de não entrar no debate sobre as controvérsias intelectuais que giram em torno desse tema – até por que não é este o nosso foco de discussão – o trabalho será conduzido, pautando-se no autor Florestan Fernandes que entende o conceito de revolução burguesa como um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, culturais e políticas que só se realiza quando o desenvolvimento capitalista atinge um ponto auge de sua evolução industrial (FERNANDES, 1995).

Para Florestan Fernandes (2005), as noções de *burguês* e de *burguesia* têm sido exploradas de forma livre e muitas vezes até abstrata, no sentido de perder suas determinações como categorias. Ao pensar essas noções no processo de organização econômica da sociedade brasileira, Florestan Fernandes (2005) afirma que essas surgiram com a implantação e a expansão da grande lavoura exportadora. Tal entendimento parte do princípio de que os senhores de engenho exerciam funções socioeconômicas de agentes de controle do fluxo de suas atividades, sem qualquer interferência da organização econômica das metrópoles ou da economia mercantil da Europa (FERNANDES, 2005).

Porém, ainda segundo Fernandes (2005), estaria contido nessa análise, um enorme equívoco no que diz respeito à associação do senhor de engenho ao burguês, ou da aristocracia agrária à burguesia, uma vez que os senhores de engenho estavam inseridos num processo de mercantilização da produção agrária, cujas funções estavam atreladas à organização de uma produção de tipo colonial. Essas duas noções - *burguês* e *burguesia* - são próprias de uma situação de mudança, na qual o Brasil foi inserido noutro momento, mas não de forma completa e característica, já que não teve o passado da Europa, apenas reproduziu, de forma peculiar, as novas preocupações europeias, com o intuito de desenvolver a civilização moderna no país.

Na história do Brasil, não são encontradas nem as características do sistema econômico feudal nem as marcas das práticas econômicas dos burgos. A burguesia surgiu, aqui, constituída por profissionais especializados, artesãos produzindo para o mercado interno e negociantes. Desta forma, no surgimento da burguesia no Brasil, ela não correspondia ao modelo de classe dirigente do senhor de terras.

Para Florestan Fernandes (2005), as práticas econômicas capitalistas foram introduzidas no Brasil, juntamente com a colonização, porém, a Independência foi o momento em que foram criadas as condições de expansão para a burguesia. Para o autor, a Independência é entendida como um momento importante de expansão da burguesia porque significa o rompimento da ordem econômica colonial, constituindo a primeira grande revolução social que ocorreu no Brasil. Esse momento dá início a um novo tipo de *autonomia* política e é, nesse sentido, que se apresenta como aspecto revolucionário.

As alterações políticas e econômicas condicionaram a organização e reorganização da sociedade, estimulando o crescimento de um negócio e configurando uma situação de mercado (FERNANDES, 2005). Essa situação de mercado dinamizou a vida econômica, dando forte impulso ao desenvolvimento capitalista. No entanto, esse capitalismo que se desenvolvera no Brasil não apresentava as mesmas características estruturais e funcionais do capitalismo desenvolvido nas nações dominantes. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil:

Era um capitalismo de um tipo especial, montado sobre uma estrutura de mercado que possuía duas dimensões – uma estruturalmente heteronômica; outra com tendências dinâmicas autonômicas ainda em via de integração estrutural. Por causa dessa dupla polarização, a esse capitalismo se poderia aplicar a noção de “capitalismo dependente” (FERNANDES, 2005, p.113).

A dinâmica de estruturação da economia capitalista brasileira só pode ser adequadamente apreendida tendo em vista a dinâmica de estruturação da economia capitalista mundial. Assim como os demais países latino-americanos, o Brasil se desenvolveu sob a égide do sistema capitalista europeu, nascendo para a história moderna a partir do papel que nela tomaram os portugueses e a partir do momento em que passa a ser território para a expansão do mundo ocidental (MOURA, 2011).

Pautando-se nos estudos de Florestan Fernandes sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil, entende-se que não se pode negar que, apesar de as transformações

capitalistas no Brasil terem ficado muito aquém das transformações que ocorriam nos países centrais do desenvolvimento capitalista, o crescimento do mercado mundial do café, principalmente, além de outras atividades produtivas, fez com que o país sofresse grande e significativo impacto econômico. Com isso, a partir do capital cafeeiro, encontrou-se novas estruturas de desenvolvimento industrial no Brasil. O período que se estende do final do século XIX até a década de 1930, no século XX, testemunhou a formação e consolidação do capital industrial no país (MORAES, 2000).

Para Florestan Fernandes (2005), o que muitos autores chamam de crise do poder oligárquico não pode ser entendido como um colapso, mas como o início de uma transformação que inaugurava uma recomposição das estruturas de poder. Recomposição essa que, ainda segundo Fernandes (2005), marca o início da modernidade no Brasil, separando a *era senhorial* da *era burguesa*, ou seja, da era da sociedade de classes.

Ao absorver as aspirações capitalistas como sistema de relações de produção, a sociedade acaba por desenvolver uma ordem social que prima pelos valores mercantis, incorporando as regras de comportamento da sociedade capitalista aos nossos valores cotidianos. Nesse sentido, torna-se complicado localizar o momento histórico em que essa revolução atinge um patamar de maturidade, pois o fim do Império e o começo da República não oferecem indicações definitivas dessa maturidade.

Entretanto, apesar de não se saber ao certo ou não se conseguir definir com exatidão, o momento da transformação capitalista da sociedade brasileira, não se pode negar os esforços e mudanças implementados para que o país se tornasse capitalista como grande parte das nações mundiais.

O Brasil, de alguma forma, ou muitas, ao longo das transformações e em busca de um crescimento como nação, não só se apropriou de modelos de organização social, política, econômica e cultural de outros países, como também criou adaptações desses modelos a fim de que as especificidades do país fossem consideradas. Muitas foram as influências sofridas para que as estruturas, organizações e instituições fossem formadas.

Não se deve desconsiderar o papel importante dessas influências no processo de desenvolvimento do país. Foram muitas as transformações vividas nessa nova sociedade industrial, que repensava o papel dos indivíduos meio às mudanças, fazendo-os questionarem, mais profundamente, suas condições nessa sociedade em constante transformação.

As mudanças passaram a ser constantes na sociedade, mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais num cenário de modificações que se tornavam cada vez mais

frequentes no cotidiano brasileiro. Segundo Fernandes (2008), na medida em que a burguesia nacional lutava pelo desenvolvimento capitalista no país, em termos de uma política de associação dependente, ela se articulava aos variados interesses externos. Essas influências criavam e recriavam novas estruturas sócio dinâmicas, que dirigiam um processo de reorganização da política, mas principalmente, da economia, o que acarretava, também, reorganizações sociais, entretanto, essas eram apenas superficiais.

Em meio a tantas mudanças, passa a se configurar uma nova ordem regida pela competitividade. Apesar de todo o crescimento e desenvolvimento que se vislumbrava, a nova ordem competitiva na qual o país se encontrava não acarretava maiores alterações nos padrões de relação de classe da época, pois o próprio crescimento da ordem competitiva favorecia unilateralmente os grupos e classes privilegiados, contribuindo também para fortalecer o controle do poder, pois como afirma Fernandes (2005), “os processos de mudança são, com frequência, fenômenos de poder, na evolução das sociedades” (p. 55).

No Brasil, o Estado ocupou importante papel na expansão da industrialização, promovendo incentivo forte nesse processo e estreitando cada vez mais suas relações com o capital estrangeiro. Entretanto, negligenciou na função que lhe cabia quanto à aceleração e orientação do processo econômico, dando margem a muitas especulações quanto à veracidade de uma ideologia do progresso econômico que, juntamente com o crescimento, desenvolvimento e progresso, trouxe maior dependência e desigualdade entre os diferentes setores da economia, dando mais poder para quem já tinha o poder econômico e deixando ainda mais à margem da sociedade uma grande parte da população que estava fora das esferas de poder e das esferas econômicas.

Num período da história do Brasil quando são enfatizadas questões voltadas para as transformações sociais e as necessidades de reforma, é repensada a própria estrutura da sociedade brasileira, sendo possível identificar um momento em que a industrialização se intensificava apesar dos limites estruturais, políticos e financeiros à modernização e apesar da configuração histórica da burguesia brasileira. Em meio às mudanças que o país vinha passando foi importante pensar um campo onde os valores dessa nova sociedade pudessem ser propagados com uma aderência de toda sociedade e por isso, tornou-se indispensável salientar o papel que a educação vinha assumindo nesse cenário, bem como compreender a forma como se estruturou para atender as necessidades da sociedade ávida por elevar seu nível de desenvolvimento frente aos países mais desenvolvidos.

2. A educação em meio aos processos de mudanças no Brasil

Os países subdesenvolvidos são, também, os que mais dependem da educação como fator social construtivo. Tais países precisam da educação para mobilizar o elemento humano e inseri-lo no sistema de produção nacional; precisam da educação para alargar o horizonte cultural do homem, adaptando-o ao presente e a uma complicada teia de aspirações, que dão sentido e continuidade às tendências de desenvolvimento econômico e de progresso social; e precisam da educação para formar novos tipos de personalidades, fomentar novos estilos de vida e incentivar novas formas de relações sociais, requeridos ou impostos pela gradual expansão da ordem social democrática (FERNANDES, 1966, p, 351).

Nas primeiras décadas no século XX, em especial, em meados deste mesmo século, a América Latina, de maneira geral, foi marcada por um processo gradual de transformações em suas condições econômico-político-sociais, onde todas as esferas se mobilizavam em torno do tema da aceleração e consolidação do processo de desenvolvimento econômico e social de seus respectivos países, mobilização conseguida a partir da elaboração do que se denominou de ‘ideário desenvolvimentista’, que alcançou seu momento de desenvolvimento, nos diferentes países latino americanos, em diferentes períodos da história (MENDONÇA et al, 2006).

Ainda segundo Ana Waleska Mendonça et al (2006), no Brasil, os primeiros passos do projeto de desenvolvimento partiram de temas nacionais que já eram discutidos desde a década de 1930, envolvendo questões voltadas para uma política de autonomia nacional e para uma política de industrialização. Entretanto, apenas nos anos de 1950, a retomada de antigas questões relacionadas ao desenvolvimento do país se materializaria num amplo projeto nacional de desenvolvimento capitalista,

A educação fazia parte dos planos de desenvolvimento do país, num modelo de educação para o desenvolvimento e para a democracia. Para Silva (2002), a democratização unida ao processo de urbanização das cidades tornava a demanda por educação mais visível, porque passava a estar associada não só ao crescimento social da nação, mas, também, ao crescimento econômico.

Muitas foram as influências advindas de outros países, principalmente, em se tratando dos processos educacionais, mas, aqui, terão foco as influências dos Estados Unidos em virtude da grande potência que se tornou no período pós Segunda Guerra Mundial.

Para Florestan Fernandes (1966), o que caracteriza a grandeza dos sistemas educacionais de nações ricas e poderosas, como os Estados Unidos, é a capacidade de revelar e reajustar, continuamente, de modo qualitativo e quantitativo, tudo que diz respeito aos processos educacionais, ou seja, tudo que diz respeito às novas necessidades e demandas produzidas pela reconstrução social.

Entretanto, o autor afirma que a grandeza do sistema educacional não pode ser alcançada sem o devido rigor e espírito crítico para que se possa atender as necessidades exigidas para uma reconstrução social:

Isso não se consegue sem espírito crítico e, em particular, sem uma atitude que dê procedência à análise dos fatores de subaproveitamento dos recursos educacionais e de correção dos erros ou insuficiências, envolvidos no rendimento proporcionado pelas instituições educacionais (FERNANDES, 1996, p.10).

Na verdade, em se tratando dessa busca por certa influência ‘ideal’, encontrada no ideário norte-americano, segundo Warde (2000), desde o século XIX, alguns intelectuais brasileiros já tomavam como influência os modelos educacionais desenvolvidos nos Estados Unidos, vendo nesse:

[...] um espelho no qual o Brasil deveria se mirar. [...] a cultura norte-americana se apresenta como o melhor dos horizontes possíveis, porque além de ser a expressão de uma sociedade que constrói a sua própria identidade, oferece a todos as chances de uma vida de progresso e democracia” (WARDE, 2000, p. 37).

Alguns intelectuais do período foram influenciados por pensadores norte-americanos, a exemplo de Anísio Teixeira. Segundo Silva (2002), Anísio Teixeira, que encabeçava a lista dos pioneiros de um novo modelo de educação para a sociedade brasileira, fez parte de sua formação no curso de pós-graduação nos Estados Unidos, onde se aproximou da filosofia pragmatista de Dewey, representada no campo educacional pela proposta de construção da Escola Nova. Anísio Teixeira foi o principal representante do pensamento pragmatista de Dewey no Brasil, adequando-o às condições da sociedade brasileira. Outros educadores, representantes das ideias e da proposta da Escola Nova, também, buscaram adaptar as teorias estrangeiras à realidade nacional.

Sobre a questão da busca e aceitação do modelo americano de sociedade, Miriam Warde (2000) apresenta o que de central Gramsci oferece como base para se pensar a influência norte-americana e seu modelo de desenvolvimento:

[...] de um lado, ao fato de que ele de maneira absolutamente original e contrariando leituras prevaletentes apreendeu o americanismo como o fenômeno de maior envergadura no momento pelo qual o capitalismo estava passando, ou seja, Gramsci viu no americanismo um acontecimento “supraestrutural”, melhor dizendo um acontecimento de mudança radical de toda uma cultura cujo peso jamais poderia ser minimizado, posto que exercia a função de cimentar as reformas econômicas em curso (diria ele, o nome da reforma econômica é reforma intelectual e moral); de outro lado, Gramsci viu nessa cultura a operação de recriação do sujeito; ou seja, nos termos da época, o americanismo estava produzindo um “homem novo”. E a eficácia do americanismo era devida, e muito, às condições históricas diferenciadas dos Estados Unidos que não precisavam carregar como camada de chumbo as velhas tradições européias (culturais, demográficas, políticas, estatais, etc., etc.); mas devia-se antes de mais nada ao fato de que o americanismo era a filosofia que se afirmava na ação; tão poderosamente afirmada na ação que estava conseguindo produzir uma nova conformação psicofísica, estava inventando um “homem novo” (Gramsci, 1978:375-413). Foi essa genial (pre) visão que Gramsci enunciou sobre o americanismo que o fez capaz de entender que o pragmatismo não era uma tola e menor filosofia do senso comum, desprezível em face da longa tradição da filosofia européia, nem da suposta superioridade “práxica” do marxismo (GRAMSCI apud WARDE, 2000, p. 42).

A partir da afirmação de Gramsci apud Warde (2000) sobre a filosofia que se afirmava na ação, pode-se entender o fascínio por esse modelo pragmatista¹ cuja máxima sustenta que o significado de um conceito consiste nas consequências práticas concebíveis de sua aplicação. Logo, partindo da ideia de crescimento necessário para o

¹ O pragmatismo nasce da filosofia anglo-saxônica, pautado em um pensamento do final do século XVI, quando Francis Bacon critica o racionalismo e procura construir um novo método científico que tenha como referência os fatos concretos advindos da experiência (CHAVES, 2006). Essa postura fez com que a filosofia se inserisse na modernidade, transformando a experiência em uma noção científica. Ainda segundo a autora Miriam Chaves (2006), mais tarde, no século XIX, dando prosseguimento a essas ideias, o norte-americano Charles Pierce desenvolve o pragmatismo metodológico, onde afirma que as crenças são regras de ação, e que para desenvolver o pensamento necessita de um método científico que se afaste do pensamento abstrato e se volte para o concreto, para os fatos e para a ação. Essa forma de conceber o pensamento foi introduzida no campo educacional por John Dewey, aluno de Pierce, responsável por inaugurar uma importante tradição pedagógica que iria influenciar grande parte da teoria educacional do século XX.

desenvolvimento do país, esse modelo passa a ganhar credibilidade para se pensar uma nova forma de conceber o campo educacional.

Na primeira década do século XX, as discussões em torno do campo da educação surgiram como um “entusiasmo educacional” (SILVA, 2002, p. 46) que foi ganhando novas proporções nas décadas seguintes, principalmente, com o surgimento do movimento da Escola Nova. Os intelectuais da Escola Nova acreditavam na transformação do país, tomando como caminho a reforma do ensino, propondo que o Estado organizasse um plano geral de educação e pensando uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita.

O movimento escolanovista acreditava que a educação era o elemento, verdadeiramente, eficaz para a construção de uma sociedade democrática, que considerasse as diversidades, respeitando a individualidade do sujeito, aptos a refletir sobre a sociedade e capazes de se inserirem nessa sociedade. Segundo Fernandes (1966), “a grandeza das nações repousa na grandeza de seus homens” (p.353), logo, o Brasil não atingiria o grau de desenvolvimento econômico e o progresso social que pretendia enquanto não preparasse o povo brasileiro para essas tarefas.

Na visão desse movimento, a única forma seria a democratização do ensino, que Florestan Fernandes (1966) caracteriza como:

[...] o aspecto central do processo de democratização do ensino está na distribuição equitativa das oportunidades educacionais. Um país tende a democratizar seu sistema de ensino quando procura atenuar ou abolir as barreiras extra-educacionais que restrinjam o uso do direito à educação e o convertam, aberta ou disfarçadamente, em privilégio social (p. 123).

Sem a compreensão de que as mudanças não poderiam ser apenas superficiais, mas deveriam ser alterações profundas, não só na educação que não daria conta de toda a transformação necessária ao desenvolvimento do país, mas em toda estrutura social, política e econômica, o Brasil continuaria preso às amarras do subdesenvolvimento. E como muitos estudiosos afirmavam, um caminho possível para todo esse processo de transformação, seria a educação, não sozinha, mas na linha de frente. Segundo Fernandes (1966), a inexistência da educação para todos está na raiz dos problemas com que a sociedade se defrontava.

Diante tantas transformações, era inegável que a educação deveria acompanhar a formulação de uma nação moderna e soberana. A educação precisou acompanhar o novo ritmo da sociedade que se consolidava dentro de um modelo urbano-industrial, sustentada por uma política desenvolvimentista que foi se aprofundando ao longo, principalmente, da década de 1950. Segundo Silva (2002) a concepção do Brasil como uma sociedade em transformação já estava presente, mesmo que de forma crua e incipiente, desde as primeiras décadas do século XX, mas se tornou central a partir dos debates educacionais, principalmente, a partir da década de 1930 e ganhando força no decênio de 1950, devido as políticas-econômicas implementadas.

No novo momento pelo qual atravessava o Brasil, passava a configurar uma necessidade de formação da nacionalidade a partir do papel influente da educação como função construtiva e propulsora do processo de desenvolvimento em curso na sociedade brasileira, entretanto, há que se pensar qual o papel da educação naquele momento e a forma como se articulavam as mudanças da época.

Segundo a sessão Documentação da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, publicada no número 70 do ano de 1958, a Constituição declarava que “a educação é direito de todos” (art.166) e, por isso, deveria ser assegurada pelo Estado. A ideia de que todo o ensino deve emanar do Estado já não era nova à época, mas era, certamente, alheia à tradição brasileira. No texto *Educação não é privilégio*, Teixeira (1957) apontava que “porque a sociedade é de classe é que se faz ainda mais necessário que as mesmas se encontrem em um lugar comum, onde os preconceitos e as diferenças não sejam levados em conta [...]” (p.114). Entretanto, esse pensamento ficava apenas no plano das ideias.

Segundo Maria Isabel Moura Nascimento e Cláudia Maria Petchak Zanlorenzi (2007), a ideologia imposta pelo Estado ficava evidente nos currículos, na metodologia e nas reformas educacionais, baseadas na cultura e nos padrões da classe dominante, direcionando a orientação política educacional capitalista de maior contingente de mão de obra a novas funções abertas pelo mercado. As novas diretrizes que eram exigidas para a educação na sociedade deveriam estar estabelecidas segundo critérios e imposições do desenvolvimento.

Mesmo com discurso de democratização e igualdade de oportunidade que pairava sobre o pensamento educacional da época, o Estado, a partir das inovações pedagógicas e do controle que exercia nas frentes educacionais, perpetuava a hegemonia da classe dominante por meio da educação, em conformidade com a realidade econômica, contribuindo, cada vez mais, para um abismo com relação à divisão e perpetuação do

sistema de classes: “Para a maioria, que só nos interessa numa visão de classe, o ensino apenas reproduz para o futuro as condições de saber e de ignorância, indispensáveis ao bom andamento do capital” (NASCIMENTO e ZANLORENZI, 2007, p. 78).

Nesse sentido, nascia junto a essa nova cultura, a esse novo momento da sociedade brasileira, uma preocupação com os rumos e mudanças que a educação traria dentro das novas perspectivas impostas por esse sistema desigual e perverso. A educação dividia as mais diversas opiniões sobre seu papel nesse cenário de mudanças. Uns acreditavam que seria um instrumento de transformação, enquanto outros a enxergavam como um meio de aprofundar as diferenças da sociedade.

Considerações finais

O que se tentou apresentar e discutir neste trabalho foi a ideia de uma mudança de organização e estruturação na forma de produzir no Brasil, tendo como uma de suas bases a educação. O intuito dessas mudanças era promover o desenvolvimento da nação, a partir do que denominamos aqui de uma revolução no sentido de transição a partir de um processo de incorporação de um padrão estrutural de organização econômica da sociedade. Esse padrão estrutural de organização econômica da sociedade foi marcado pela expansão do trabalho assalariado e a universalização da ordem social competitiva, trazendo um olhar para a questão de classe, que também perpassou as questões no campo educacional. Nesse período, foi vendida a ideia de uma educação igual para todos que, de fato, ficou apenas no campo das ideias.

O que podemos considerar foi que o Estado com suas reformas educacionais visava, em primeiro plano, um ensino meramente técnico para suprir a necessidade de mão de obra nas indústrias, principalmente, nos grandes centros. Como já diziam Marx e Engels em *A ideologia Alemã* (1966), a ignorância é a mãe da indústria.

Nessa sociedade, aparentemente, mais aberta, mesmo com a educação ainda com a função decorativa de consolidar *status* sociais definidos por critério de origem socioeconômica, ela também passa a ser requerida como um instrumento de mobilidade social ascendente, sobretudo para as classes médias. Como afirma Fernandes (2005), para construir a democracia no país seria preciso eliminar a situação do ensino como um privilégio social.

Nesse cenário de uma educação amarrada pelo conservadorismo e atrelada aos interesses da classe dominante, o Brasil teve seu sistema educacional preso a padrões obsoletos de formação e de preparação do indivíduo para a vida, que segundo Fernandes

(2008), só não são totalmente inúteis porque adestravam e/ou aperfeiçoavam os estudantes na utilização de técnicas de grande importância numa civilização letrada.

Referência:

BRASIL. O I.N.E.P. e os órgãos executivos de planos especiais: realizações em 1956 e novos planos de trabalho. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 27, n. 65, p. 147-161, jan/mar. 1958.

CHAVES, Miriam Waidenfeld. Desenvolvimentismo e pragmatismo: o ideário do MEC nos anos 1950. **Cadernos de Pesquisa**, n. 129, v. 36, p. 705-725, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Global, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5 ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Em busca do socialismo**: últimos escritos e outros textos. São Paulo: Xamã, 1995.

FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus Editora, 1966.

HOBBSAWM, Erick. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. 5 ed. São Paulo, Abril Cultural (Coleção os Pensadores), vol. 12, 1991.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **La Ideologia Alemana**. Havana: Edicion Revolucionaria, 1966.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. et al. Pragmatismo e desenvolvimentismo no pensamento educacional brasileiro dos anos de 1950/1960. **Revista Brasileira de Educação**, n. 31, v. 11, p. 96-113, abr., 2006.

MORAES, Maria Célia Marcondes. **Reformas de ensino, modernização administrada: a experiência de Francisco Campos – anos vinte e trinta**. Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 2000.

MOURA, Aline de Carvalho. Considerações acerca da produção acadêmica em Educação: questões da sociedade. **Dissertação** de mestrado defendida e aprovada em agosto de 2011, na Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2011.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; ZANLORNZI, Claudia Maria Petchak. Educação na década de 50 representada no Jornal Tribuna dos Municípios: Irati - PR. **Letras e Artes**, Ponta Grossa, v.15, n. 2, p. 75-86, dez. 2007.

SILVA, Graziella Moraes Dias da. **Sociologia da sociologia da educação**: caminhos e desafios de uma *policy science* no Brasil (1920-1979). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957.

WARDE, Mirian Jorge. Americanismo e educação: um ensaio no espelho. In: São Paulo **Perspectiva**. (Online). v. 14, n.2, p.37-43, 2000.